

“Não pagar a dívida seria infantil”

por Christina Lamb
do Financial Times

Foi de certa forma desapa-
pontador encontrar o presi-
dente Fernando Collor de
Mello rigidamente sentado
em uma cadeira como
qualquer outro chefe de Es-
tado. Este, afinal, é o autor
do plano de salvação do
Brasil, cuja queda para a
teatralidade leva-o a gran-
des gestos que vão de pas-
seios de jet-ski à apreensão
de 80% dos ativos finance-
iros do país em seu primeiro
dia de mandato.

Depois de seis meses de
aventuras de playboy e au-
dácias econômicas o circo,
ao que parece, acabou. Num
a nação acostumada a
planos econômicos mal su-
cedidos e mal concebidos,
o presidente Collor ganhou
efeito de choque inicial ao
arremessar o Brasil no que
ele descreve como uma das
mais audaciosas revolu-
ções econômicas da sua
história. Mas agora, com
todas as portas abrindo-se
para a recessão, o povo co-
meça a exigir resultados
mais tangíveis.

Ainda assim ele não pa-
rece perturbado. “Só tínha-
mos uma bala para abater
o tigre, e ela foi direto no
alvo”, diz, referindo-se à
sua cruzada contra a infla-
ção, era mais de 80% men-
sais quando ele assumiu a
Presidência, em março.
“Ela já perdeu quase todo
o vigor”. Mas na marca
dos 10% mensais e subindo,
a inflação permanece tei-
mosamente alta. Os esfor-
ços do governo, empresá-
rios e líderes sindicais para
formar um pacto social re-
fletem, talvez, sua percep-
ção das dificuldades de
transformar uma das mais
fechadas economias do
mundo numa de livre mer-
cado, depois de uma déca-
da de estagnação.

O cabelo comprido e os
passeios de motocicleta
que marcaram o presiden-
te Collor quando assumiu o
cargo são agora coisa do
passado. Por trás da nova
fachada de estadista está
um homem enfrentando
problemas cada vez mais

graves. A alta dos preços
do petróleo provocada pela
crise no golfo Pérsico pode,
ele diz, “ser muito prejudi-
cial, dada a fragilidade da
situação do Brasil”.

Collor mostra-se confian-
te com o rumo que as nego-
ciações com o FMI toma-
ram. Cartazes nas ruas lá
fora anunciam as eleições
para o Congresso, que deci-
dirão se o plano do presi-
dente prosseguirá sem obs-
táculos. Perto dali, defron-
te ao Ministério da Justiça,
funcionários em greve soli-
citam aumento salarial de
274%. Na escrivania de
Collor, jornais citam previ-
sões da FIESP, principal
associação dos industrialis-
tas do País, dando conta de
que o Produto Interno Bru-
to (PIB) deve cair 6% neste
ano.

Mas a preocupação não
parece ser uma emoção
que o enigmático presiden-
te brasileiro se permite exi-
bir. “É claro que, com um
programa econômico tão
vasto quanto esse, há uma
parte da população que,
tendo perdido seus privilé-
gios, opõe-se às medidas do
governo”.

Ele se refere aos líderes
empresariais e sindicais
que, acredita, formam o
núcleo da oposição à sua
revolução econômica.
“Chamo-os de selvagens”,
diz. Enquanto o governo
mantém sua receita de po-
lítica monetária apertada e
de desindexação de sala-
rios apesar de considerável
oposição jurídica e política,
Collor acredita que as em-
presas e sindicatos conspi-
ram para manter uma in-
dicação informal e, assim,
a inflação alta.

“A resistência do tigre
deve-se à cultura inflacio-
nária que predomina ainda
em alguns setores”, diz.
“Com a inflação alta, mui-
tos empresários podiam
ganhar mais com especu-
lação financeira do que com
trabalho produtivo.”

Ironicamente, a maior
parte desses empresários
votou em Collor, acreditando,
com base em seus ante-
cedentes conservadores,
que ele seria um mal me-

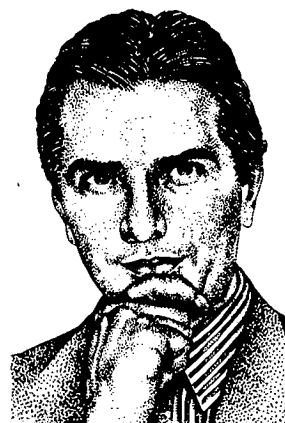
nor do que Lula, o líder sin-
dical que derrotou por mar-
gem estreita. Mas o presi-
dente tinha outras idéias,
que valem o que ele classi-
fica como “revolução cul-
tural e econômica”. Ele in-
siste: “Nenhum compêndio
econômico mostra um pla-
no tão rigoroso quanto es-
se, nem mesmo o de re-
construção da Alemanha
em 1948... O FMI, ou qual-
quer banqueiro, não teria
coragem de impor um pro-
grama desta dimensão a
qualquer país do mundo”.

A favor de Collor pode-se
lembrar a recusa do gover-
no em intervir para supri-
mir as numerosas greves
que o afetam, deixando-as
aos cuidados das empresas
e dos trabalhadores. Mas
isso não quer dizer que ele
hesite em usar autoritarismo
à moda antiga para im-
por suas idéias liberais.

Ele é um homem de ação
que “admira mais Winston
Churchill do que a Marga-
ret Thatcher”, e que usa
decretos presidenciais para
implementar as leis que
não consegue fazer o Con-
gresso aprovar. Para mui-
tos brasileiros, ele parece
mais um general do que
qualquer um dos antigos
governantes militares do
país, e há temores de que
suas tendências autocráti-
cas possam torná-lo mais
comparável a Mussolini do
que ao intrépido Indiana
Jones.

A disciplina pessoal e po-
lítica de Collor dá a impres-
são de que ele está desem-
penhando metodicamente
um papel que sempre lhe
coube — o helicóptero no
qual viaja para seu escritó-
rio para ganhar tempo che-
ga sempre tão pontualmen-
te aos dois minutos para as
nove que os funcionários da
presidência costumam
acertar seus relógios por
ele.

Sua maior arma — que
também poderá provocá-
lhe a queda — é a confiança
em si mesmo. Seu Partido
de Reconstrução Nacional
é pequeno e sua base de po-
der está no minúsculo esta-
do nordestino de Alagoas,
onde foi governador. O go-



Fernando Collor de
Mello

verno que ele dirige é uma
equipe de tecnocratas,
muitos dos quais sequer vo-
taram nele. Entre eles está
um presidente do Banco
Central de nacionalidade
turca, um ecologista radi-
cal no Ministério do Meio
Ambiente e antigos comu-
nistas no Ministério da
Economia e no comando da
Reforma Administrativa.

A maioria deles são jo-
vens, como o próprio Col-
lor, de apenas 41 anos de
idade. Todos partilham seu
sentimento de missão, que
para ele é “transformar o
Brasil em país do Primeiro
Mundo. Para fazer isso, te-
mos de exibir as necessá-
rias credenciais”.

Com isso ele quer dizer
“equilibrar o orçamento,
pôr fim à inflação, abrir o
país à competição”. Acres-
centa: “O capital estran-
geiro é fundamental” (para
a reconstrução do Bra-
sil). “Ao mudar os parâ-
metros da economia estamos
preparando o terreno para
atraí-lo e ajudar o Brasil a
tornar-se um grande país
exportador, não só de
matérias-primas mas tam-
bém de produtos industria-
lizados.”

Isso parece ser um sonho
remoto. Trinta anos de pro-
tecionismo tornaram a in-
dústria brasileira obsoleta,
ineficiente e com excesso
de funcionários, além de
ter-se acostumado a repa-
sar os custos dessa incom-
petência aos consumido-

res, já que não havia com-
petição.

A maior parte não
recebe bem a abertura da
economia que, insiste o
presidente, “significará
produtos de melhor quali-
dade a preços inferiores”.

Além de tudo, se o Brasil
precisa de capital estran-
geiro para modernizar sua
indústria, deve reconqui-
star a confiança da comuni-
dade financeira internacio-
nal.

Desde junho de 1989 o
país está em moratória ex-
tra-oficial junto aos credi-
tores de sua dívida externa —
a maior dos países em de-
senvolvimento, de US\$ 120
bilhões. Os atrasados devi-
dos aos bancos comerciais
e ao Clube de Paris chegam
já a US\$ 8 bilhões, o tama-
nho do total das reservas
cambiais do País. As proje-
ções orçamentárias para
este ano não incluem paga-
mento do serviço da dívida,
nem sequer pagamento
simbólico, ponto que difi-
cultou as negociações com
o FMI.

Em entrevista ao Finan-
cial Times, o presidente
Collor assumiu uma linha
mais flexível, dizendo, pela
primeira vez, que a idéia
de um pagamento simbóli-
co “estava em discussão”.
Ele acrescentou: “Espera-
mos finalizar as negocia-
ções da dívida até o final do
ano”. Insistiu: “Não quere-
mos confronto” (com os
banqueiros credores),
“não é esta a política do go-
verno. Se o Brasil quer
unir-se ao Primeiro Mundo
não pode tomar a decisão
unilateral de não pagar a
dívida. Isso seria infantil,
algo que o governo não con-
templa”.

Os bancos credores não
estão tão certos. Eles vêem
os recentes convites do go-
verno brasileiro a algumas
instituições para negocia-
ções individuais como uma
tentativa deliberada de
contornar o comitê de as-
sessoramento que em geral
coordena as negociações
em nome dos credores. In-
sistindo que “estamos jo-
gando segundo as regras”,
o presidente Collor disse:

“Quero recolocar os parâ-
metros dessa discussão. No
passado, ela sempre foi de-
masiado emocional pelos
dois lados, mas a questão é
essencialmente uma — al-
guém deve, alguém é cre-
dor. Há amplo espaço para
negociar. Podemos sentar
à mesa e chegar a um deno-
minador comum”.

Resolver o problema da
dívida é uma das mais difí-
ceis tarefas na missão que
o presidente Collor se pro-
pôs a cumprir durante seu
mandato. Em 1993 haverá
um plebiscito que, ele espe-
ra, adotará o parlamenta-
rismo.

Collor não afasta a
possibilidade de buscar pa-
ra si o posto de primeiro-
ministro. “Tem havido
muita especulação a esse
respeito, talvez porque te-
rei apenas 45 anos de idade
quando deixar a presidên-
cia, e ainda vou querer fa-
zer alguma coisa”.

Não há ilusões de que o
governo é mais do que um
“one-man show”. Mas o
presidente Collor ri da
idéia de que ele poderia vir
a se sentir vulnerável.
“Não me sentiria isolado
no poder”, diz, “porque me
dou bem com o poder. Ado-
ro fazer o que estou fazen-
do”.

Ele menciona o “ódio ao
barulho” como uma das ra-
zões para gostar de ser
presidente. Mas à medida que
a recessão aperta e o de-
semprego cresce, é pouco
provável que ele consiga
deixar de ouvir os gritos de
protesto nas ruas. É muito
cedo para dizer se sua mis-
são terá ou não sucesso,
mas ele já implementou
mudanças difíceis de re-
verter. O protecionismo,
por exemplo, tomou senti-
do diferente aos olhos dos
brasileiros que vêm com-
prando video-cassetes im-
portados pela metade do
preço dos fabricados no
país. “Já há uma nítida
mudança cultural”, alega o
presidente Collor. “Os bra-
sileiros sentem-se mais or-
gulhosos e um pouco mais
seguros, apesar dos proble-
mas que estamos enfren-
tando.”